

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.566, DE 2000 (Apensado o PL 3.611/00)

Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autor: Deputado NILSON MOURÃO

Relatora: Deputada ANN PONTES

I - RELATÓRIO

Trata o PL 2.566/00 de acrescentar dispositivo ao ECA que qualifique como infração administrativa a permissão de acesso de adolescente menor de dezesseis anos a locais que contenham jogos eletrônicos que incentivem qualquer tipo de violência.

A ele apensado está o PL 3.611/00, que proíbe a venda e o aluguel de fitas de *video game* de conteúdo violento a menores de vinte e um anos.

Ambos os projetos têm por justificativa coibir a violência entre os jovens.

A CSSF aprovou os projetos na forma do substitutivo por ela apresentado.

Cabe a esta CCJC o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

As proposições em exame atendem aos pressupostos de constitucionalidade relativos à competência da União (art. 22 da CF), ao processo legislativo (art. 59 da CF) e à legitimidade de iniciativa (art. 61 da CF).

Não vislumbro problemas no que se refere à juridicidade.

Quanto à técnica legislativa, ambos os projetos pecam pela inobservância do art. 7º da LC 95/98, que determina que o primeiro artigo do texto deve indicar o objeto da lei e seu respectivo âmbito de aplicação. Além do mais, o PL 3.611/00 também não segue os ditames da referida LC, posto que disciplina a matéria em lei esparsa quando o ECA seria o diploma legal para se tratar do assunto.

No mérito, penso que o conteúdo da proposta não é adequado nos termos em que foi posto. O PL 2.566/00 veda o “acesso de adolescente menor de dezesseis anos a jogos eletrônicos que **incentivem qualquer tipo de violência**” e o PL3.611/00 proíbe “a venda e o aluguel de fitas de vídeo game **de conteúdo violento**” a menores de vinte e um anos. Já o substitutivo aprovado pela CSSF fala em “jogos eletrônicos que **contenham ou incentivem qualquer tipo de violência** ou comportamento antiético”.

Ora, todos esses tipos estão excessivamente abertos. O que é que incentiva a violência? A morte, um ferimento, presença ou ausência de sangue, tiros em objetos, em animais ou uma mera perseguição poderia também ser considerada violência? Quem é que vai decidir o que é violento? O fiscal? E o comerciante? Vai ficar à mercê do que entender o fiscal?

A meu ver, como é patente a necessidade de se impor alguma forma de controle a esses jogos, melhor que se atribuísse, como faz o art. 254 do ECA, a necessidade de que fossem os tais jogos submetidos a uma classificação prévia.

Tal classificação seria, evidentemente, feita pelo mesmo órgão que procede à classificação indicativa dos filmes em geral. Por essa razão,

há que se dar um prazo maior para a entrada da lei em vigor, tanto para que seja possível proceder a classificação de que trata esta lei, como para que os comerciantes possam se adequar à nova determinação.

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos PLs 2.566/00 e 3.611/00, na forma do substitutivo que ora apresento, votando, por consequência, pela rejeição do substitutivo apresentado pela douta CSSF.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputada ANN PONTES
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.566, DE 2000

Altera o art. 256 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei submete os jogos eletrônicos à classificação indicativa estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º O art. 256 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 256.
Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem locar, vender ou fornecer a criança ou adolescente jogos eletrônicos em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputada ANN PONTES
Relatora